

Ensaio sobre meso-instituições e instituições intermediárias: existem diferenças significativas sobre os conceitos?

Ivan Souza de Abreu

Resumo

Um dos conceitos mais recentes elaborados pela Nova Economia Institucional é o de meso-instituições. Esses arranjos são estabelecidos como a via de ligação entre o nível micro-institucional e o nível-macro institucional. Uma vez que os atores presentes no nível micro dependem do entendimento das regras criadas pelo nível macro, o nível meso surge por meio de organizações que visam contribuir nesse processo a partir de serviços como a tradução das regras. Apesar disso, já existia um postulado que tratava de instituições com o mesmo viés: as instituições intermediárias. Uma vez que há similaridade entre a base desses termos, surge um interessante objeto de análise. Pensando nisso, o presente trabalho tem o objetivo de traçar um breve comentário teórico sobre as diferenças e semelhanças entre os termos. No formato de ensaio, o texto se inicia com uma seção destinada a discutir as instituições sobre diversas correntes teóricas. Após isso, apresenta o debate central da proposta com o estabelecimento de uma discussão teórica sobre cada um dos conceitos e sua comparação. Em terceiro lugar, utiliza-se um caso para ilustrar o debate. E, por fim, as conclusões. O entendimento é que, embora muito similares, o teor de cada uma das termologias é distinto.

Palavras-chave: Nova Economia Institucional. Instituições. Meso-instituições. Instituições Intermediárias.

Abstract

One of the most recent concepts elaborated by the New Institutional Economics is that of meso-institutions. These arrangements are established as the link between the micro-institutional level and the macro-institutional level. Since the actors present at the micro level depend on the understanding of the rules created by the macro level, the meso level emerges through organizations that aim to contribute to this process through services such as the translation of rules. Despite this, there was already a postulate that dealt with institutions with the same bias: intermediate institutions. Since there is similarity between the basis of these terms, an interesting object of analysis arises. With this in mind, this paper aims to provide a brief theoretical commentary on the differences and similarities between the terms. In essay format, the text begins with a section aimed at discussing institutions on various theoretical currents. After that, it presents the central debate of the proposal with the establishment of a theoretical discussion on each of the concepts and their comparison. Thirdly, a case is used to illustrate the debate. And finally, the conclusions. The understanding is that, although very similar, the content of each of the thermologies is distinct.

Keywords: New Institutional Economics. Institutions. Meso-institutions. Intermediate Institutions.

1 INTRODUÇÃO

Os debates construídos ao longo das teorias pensadas pela Nova Economia Institucional (NEI) se concentram, sumariamente, nos níveis de governança. De maneira sintetizada, a corrente teórica trabalha com os seguintes níveis institucionais: macro-institucional, meso-institucional, micro-institucional e os indivíduos. Cada um deles representa um foco distinto, cujos atores presentes em cada um irão interferir diretamente na forma como

as instituições (aqui podendo ser interpretadas como as “regras do jogo”) funcionarão. A título de ilustração, a camada dos indivíduos (a camada base da hierarquia institucional) será afetada pelas ações que são desenvolvidas pelo nível macro (as instituições governamentais, isto é, aquelas que definem as regras).

Muitas dessas regras presentes nessas estruturas são baseadas em direitos, costumes ou mesmo crenças. Isso apresenta um cenário em que é preciso compreender não apenas como se dá a construção das mesmas, mas como influenciam os operadores que atuam nos maiores níveis de formalidade e os usuários que terão acesso aos serviços e direitos propostos por essas instituições (MÉNARD, 2017). Além disso, os atributos de uma comunidade são fundamentais para compreender como as regras se dão e, mais ainda, definir aqueles que podem participar dos processos que serão ou estão sendo desenvolvidos (OSTROM, 2010).

Nesse sentido, o nível meso torna-se um interessante objeto de análise por parte da NEI. Ao passo que o nível macro estabelece as regras, as meso-instituições são responsáveis pela garantia de que o nível micro-institucional consiga implementar as normas estabelecidas pelo grau hierárquico institucional mais elevado. Em suma, o grau institucional meso pode ser responsável por ações como traduzir ou mesmo monitorar a implementação das regras (Saes, 2023). Logo, existe um potencial para que esse conceito possa ser usado nos estudos sobre políticas públicas. Por ainda se tratar de uma ideia recente, há espaço para aplicações do conceito como, por exemplo, nos estudos voltados ao entendimento do ciclo das políticas públicas.

Por outro lado, nos campos da Ciência Política e Administração Pública existe uma discussão parecida e mais antiga quando comparada ao debate proposto sobre as meso-instituições: as instituições intermediárias. De forma sintetizada, esse aparato institucional visa fornecer uma base contínua de apoio técnico e financiamento para as iniciativas desenvolvidas pelas comunidades e populações. Isto é, as instituições são intermediárias no tocante a colocar a disposição formas de apoio aos grupos interessados de forma que possam estar aptos a receber benefícios como créditos de governos nacionais (LEE, 1998).

Dada a contextualização se coloca a seguinte pergunta: quais as diferenças e similaridades entre os conceitos de meso-instituições e instituições intermediárias? A justificativa para a realização deste trabalho está na possibilidade de verificar se a primeira definição possui algum elemento que possa agregar para uma discussão mais antiga. Como dito anteriormente, por se tratar de um debate novo existe um enorme campo de aplicação desse debate para verificar se realmente agrega a discussão sobre políticas públicas. Uma vez que gênero textual pensado para o texto é de um ensaio a exposição não se propõe a ser

longa, optando por trazer um breve panorama sobre alguns trabalhos relevantes que discutem as duas terminologias e, assim, compará-las.

A estrutura do artigo se divide em quatro seções. A primeira delas é destinada a trazer um breve parecer teórico sobre como os postulados teóricos entendem as instituições. Em seguida se propõe a estabelecer um breve debate sobre as diferenças e semelhanças entre os conceitos de meso-instituição e instituições intermediárias. O terceiro segmento envolve a exposição de um caso que ilustra como os conceitos podem ser utilizados como instrumento de análise. E, por fim, as conclusões. Os resultados apontam que, apesar de breves diferenças, há uma similaridade significativa entre os termos. As contribuições do trabalho surgem na medida em que a aplicação do conceito de meso-instituições necessita de maior desenvolvimento e, assim, se beneficiaria de uma ótica interdisciplinar para desenvolver com mais precisão seus construtos.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 SOBRE INSTITUIÇÕES: UM BREVE PARECER

A literatura apresenta uma enorme gama de definições para o conceito de instituições. Uma vez que o entendimento desse postulado. Conforme coloca Conceição (2002) as instituições são fundamentais para se compreender, por exemplo, as trajetórias do crescimento econômico em suas diversas facetas e níveis. Além das diversas abordagens presentes nesse debate é possível verificar que os autores, mesmo de escolas diferentes, acabam por tratar de temas em comum. Parte dos estudos a respeito das instituições está em, justamente, verificar os pontos de convergência a partir das diferentes óticas. Por vezes, é possível verificar que instituições e organizações são tratadas como conceitos intercambiáveis ou mesmo iguais (DA SILVA PERES; MÜLLER; VERDI, 2006)

A primeira corrente, tratada como o institucionalismo clássico, é pautada nas concepções elaboradas por autores como Thorsten Veblen, Wesley Mitchel e John Commons. A posição estabelecida por esses autores visava abordar o tema em uma ótica mais descritiva e, por vezes, objetiva. Em suma, as instituições da forma como esses autores pensavam poderiam ser definidas como o conjunto de normas, regras e valores que estabeleciam as relações desenvolvidas dentro da sociedade e que evoluíam na medida em que novas questões aparecessem. A origem desse conceito reside principalmente em cenários extremamente conflituosos como as guerras, crises e conflitos em geral. O elemento central para compreender esse processo se dá na aprendizagem: havia o entendimento por parte dos autores que as instituições não se desenvolviam de maneira orgânica, mas os atores por trás de seus mecanismos compreendiam as necessidades do momento e buscavam

aprimorá-las. Dessa forma, estruturas como a hierarquia – tão importantes em escolas teóricas diferentes como a da Administração Científica – não eram permanentes (CONCEIÇÃO, 2002; DA SILVA PERES, MÜLLER; VERDI, 2006).

O neoinstitucionalismo, por sua vez, surgiu como uma forma de resgatar o pensamento com clássico a partir da seguinte ótica: o processo histórico das nações importa para a formulação das ideias e das políticas econômicas (OLIVEIRA, 2002). O Estado na perspectiva neoinstitucionalista não se submete necessariamente aos pungentes à sociedade, independente de classe ou grupo de interesse. A lógica adotada está atrelada a ideia de que as ações estatais são forjadas de forma a reproduzir o controle das instituições sobre a sociedade. Os governos, então, buscam propor soluções para os problemas e desafios da sociedade a partir da ótica do aparato burocrático (ROCHA, 2005). Além disso, a corrente se dividiu em três frentes: institucionalismo da escolha racional, o institucionalismo histórico e o institucionalismo sociológico. As três perspectivas se desenvolveram durante as décadas de 1960 e 1970 a partir da perspectiva behavioristas, mas compreendendo o mundo político de forma completamente distinta (HALL; TAYLOR, 2003).

Ainda há a corrente da Nova Economia Institucional. Segundo Klein (1998) a NEI se caracteriza como um tipo de empreendimento interdisciplinar que combina elementos de áreas como ciência política, sociologia, antropologia, economia, direito e teoria das organizações com a finalidade de compreender as instituições presentes em torno das relações comerciais políticas e sociais. O autor ressalta que embora o campo se utilize de preceitos difundidos por outros campos do conhecimento, sua linguagem é sumariamente econômica. Sendo assim, o objetivo da corrente é discutir os vértices das instituições: o que são, como surgem, seu propósito, como mudam e porque mudam a partir do entendimento do ambiente institucional, dos arranjos institucionais, da ótica da agência, da economia dos custos de transação, das capacidades, das evidências sobre contratos e outros aspectos. A escola surge principalmente como via de oposição à teoria neoclássica (SAES, 2023).

Além dessas escolas, existem outras abordagens que tratam de instituições e vêm sendo debatidas ao longo dos anos. O principal motivo para isso é a inquietação sobre o tema em si, visto que há ainda uma enorme variedade de visões a seu respeito. Existem autores como Nelson (1997) que, em virtude da gama de definições, trata as instituições como fruto do processo evolucionário. O autor sugere que pode ser necessário o desenvolvimento de uma “teoria da evolução institucional” de forma a construir o processo de definição do que são as instituições de maneira plural pois, na sua concepção, as instituições evoluem de maneira distintas. Essa distinção leva em consideração tanto os aspectos práticos (como os países estabelecem suas instituições, por exemplo) e teóricos (vide as diferenças de leitura das

escolas sobre o tema). Assim, uma vez que existe uma ideia vaga sobre o que são instituições dadas as diversas perspectivas que as tratam, pode ser preciso esmiuçar os conceitos das mais diferentes escolas e propor uma tentativa de unificação a partir das similaridades de cada ideia trabalhada pelas correntes (OLIVEIRA, 2002).

2.2 DISCUSSÃO

Para início das discussões se fez a opção de estabelecer o caminho teórico por trás de cada um dos conceitos e, assim, relacioná-los com a questão-problema. Os argumentos a respeito das meso-instituições se apresentaram de forma muito controversa ao longo dos anos. O conceito por muito tempo foi tratado como pobre no tocante a orientações precisas quanto a caracterização das instituições que pretendiam definir e, paralelamente, havia o entendimento de que os componentes por trás do que viria a caracterizar as meso-instituições nada mais eram que a combinação difusa de outros elementos presentes nos demais modelos de instituições (DROEGE; JOHNSON, 2007). Uma das óticas abordadas, em suma, buscava se referir ao termo como os processos que geram reais mudanças do ponto de vista institucional e aos fatores que possam facilitar ou dificultar a inovação (LIVINGSTON, 2005). Essa perspectiva pode ser entendida como uma espécie de releitura da Economia dos Custos de Transação fortemente difundida por Oliver Williamson principalmente a partir da década de 1980, por exemplo. Logo, as críticas sobre a real originalidade em torno do conceito tornaram-se cada vez mais fortes.

Apesar do cenário pouco atrativo as tentativas de se estabelecer uma direção para o conceito permitiram as tratativas operarem em óticas fora da alçada do mercado. Um dos aspectos foram os eventos que ocorriam nas relações entre população e Estado. Elementos como a pressão política diante aos governos nacionais com o intuito de promoverem reformas, o desenvolvimento de políticas públicas impraticáveis no plano material e a falta de comprometimento político nos altos escalões quanto à implementação de políticas públicas apresentaram lacunas que poderiam ser exploradas (MÉNARD; JIMENEZ; TROPP, 2018). O caráter intermediário das meso-instituições conforme apontado por Droege e Johnson (2007) passa a ser interpretado de outra forma.

Nessa perspectiva a primeira contribuição mais significativa foi realizada por Menard (2014) que trouxe o conceito de meso-instituição como uma ponte entre os arranjos organizacionais estabelecidos pelo nível micro e suas relações com o nível macro. A proposta foi de estabelecer uma camada intermediária entre os dois níveis institucionais citados: as micro-instituições se referem às formas de organização das transações, enquanto as macro-instituições operam no nível governamental, principalmente no estabelecimento das regras;

assim, as meso-instituições possuem um caráter de contribuir com uma espécie de assessoramento entre o nível micro pensando no cumprimento das normas criadas pelo macro (VINHOLIS *et al.*, 2021).

Dada essa contextualização, como seria a atuação propriamente dita dessas instituições? O nível meso pode ser pensado como uma forma complementar ao que é desenvolvido pelos níveis micro e macro. Uma vez que as leis, por exemplo, requerem interpretação e os atores do nível micro possuem a necessidade de interpretá-las – e, por vezes, pouca capacidade de realização dessa tarefa por uma série de fatores, como o pouco conhecimento jurídico –, as meso-instituições surgem como uma forma de arranjo que permite com que as regras sejam interpretadas e implementadas, ligando os atores interessados na execução das mesmas (MÉNARD, 2017). Conforme coloca Ménard (2017), as meso-instituições podem ser determinadas como arranjos que fornecem a infraestrutura social adequada para que, a título de ilustração, realização de serviços e execução de direitos possam ser consolidados.

Um ponto a ser ressaltado diz respeito a maneira como podem atuar as meso-instituições em um mesmo segmento. Cordeiro (2021) coloca essas instituições como um mecanismo que amortiza a mudança institucional e, por isso, podem não se comportar da mesma maneira em um mesmo setor dado os objetivos e funções estabelecidas. Empresas que promovem consultorias para setor agrícola, por exemplo, podem ter objetivos diferentes quanto a forma de desenvolverem suas atividades para agricultores familiares. Ações como promoção de assistência técnica rural e assessoramento jurídico indicam organizações que trabalham no mesmo ramo, mas em óticas diferentes.

No tocante as instituições intermediárias, é possível dizer que são tratadas pela literatura como parte fundamental das funções políticas associadas a representação, negociação e comunicação (EVANS; TAYLOR, 1994). As organizações intermediárias tendem a ser desenvolvidas de forma que atendam as necessidades específicas de cada país, como caso de organizações voltadas ao assessoramento governamental (OSABUTEY; CROUCHER, 2018). Um dos aspectos que tornam as instituições intermediárias relevantes no tocante a globalização são as conexões internacionais e suas capacidades propriamente ditas, o que permite a obtenção de vínculos de seus clientes (estes podendo ser governos ou sociedade civil) com outros atores que atuam internacionalmente e, assim, permitir o intercâmbio de informações (BÜTHE; MATTLI, 2011).

Do ponto de vista histórico, o surgimento das instituições intermediárias converge com a defesa no tocante a existência dos múltiplos grupos de interesse e a formação política que determina o desenvolvimento dos dispositivos democráticos. Nessa perspectiva as

instituições intermediárias surgem na face de associações que buscam realizar o monitoramento, contribuir com a participação popular e pressionar governos em busca de fortalecer cada vez mais os regimes democráticos (FARIA, 2010). Essas instituições podem ser entendidas em um primeiro momento como pensadas para dar suporte as demandas da sociedade civil frente aos governos nacionais. A essência dessa lógica permaneceu ao longo dos anos, mas houve uma série de mudanças que fizeram com que as funções das instituições intermediárias ultrapassassem essa fronteira.

Conforme Avritzer (2007) coloca, uma das repercussões modernas das instituições intermediárias está nas representações da sociedade civil, especialmente organizações criadas com ênfase em debater as políticas públicas. Se enquadram, por exemplo, os conselhos regionais que tratam de alguma temática específica – vide, para ilustrar, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Campos dos Goytacazes (COMSEA). Na perspectiva do autor, esses órgãos visam criar o que ele chama de “afinidades intermediárias” que, de forma prática, pode ser entendida como uma forma de agregar os interesses parciais na forma de uma instituição que represente os atores interessados por determinado tema. Outro aspecto importante é que as relações desenvolvidas entre sociedade e instituições intermediárias se desenvolve em cenários reais, o que torna necessário que os arranjos desenvolvidos a partir dessas relações respeite determinados parâmetros – sobretudo as leis determinadas pelos Estados (LEE, 1998). Além da ala da legalidade podem ser levados em consideração aspectos como a cultura, a configuração da sociedade civil e o panorama econômico.

Outro aspecto se refere a atuação das instituições intermediárias enquanto centros de alto grau de especialização. As atividades nesse caso seriam pensadas em colaboração junto ao governo de forma a contribuir com o aumento do capital social (SCHRANK, 2011). Assim sendo, as instituições intermediárias também podem ser entendidas como uma forma de vincular o Estado de forma que garantam desenvolvimento econômico e social a partir das iniciativas estatais como uma forma de auxiliar as atividades de forma que sejam adequadas as necessidades dos públicos-alvo e setores aos quais esses instrumentos pretendem atingir (OSABUTEY; CROUCHER, 2018).

Dada a breve definição sobre cada um dos conceitos, se coloca aqui a relação dos temas abordados com a questão-problema. A principal semelhança entre as meso-instituições e as instituições intermediárias está na função de fazer com que as regras, leis e normas sejam traduzidas e interpretadas pelos atores que buscam algum tipo de auxílio de seus serviços. Além disso, a natureza das organizações que se enquadram nesses dois conceitos também pode variar. Junto ao elemento das atividades fim é possível compreender que as

meso-instituições e as instituições intermediárias podem ser braços do governo voltados a atividades específicas (como a Embrapa) ou mesmo empresas que buscam criar algum tipo de diálogo entre sociedade civil e Estado. Ambos os modelos trazem o entendimento de que é preciso fazer com que atores como sociedade e empresas consigam compreender as regras elaboradas e sancionadas pelos governos e, assim, terem o poder de atuar sem quebrar alguma delimitação estatal. Além disso, tais modelos institucionais colaboram diretamente com a implementação e monitoramento de políticas públicas. No caso das meso-instituições é possível dizer que há um vasto campo a ser explorado nesse sentido.

Por outro lado, dada a disponibilidade de literatura sobre cada um dos temas, é evidente que o fato do debate a respeito das instituições intermediárias ser mais consolidado permite que elas sejam vistas com maior abrangência quanto as suas atividades em vista das meso-instituições. Conforme observado, as instituições intermediárias podem colaborar diretamente com o Estado e sociedade civil no tocante a troca de informações com organizações e outros atores que estejam localizados em outros países. Pelo que pode ser entendido em vista do material sobre as meso-instituições, a forma de atuação delas tende a ser de forma mais local – as instituições intermediárias podem ultrapassar essa barreira. Se há possibilidade do nível meso ter uma abrangência similar é preciso que outros estudos sejam desenvolvidos a fim de explorar essa perspectiva. Outro aspecto que diferencia os conceitos está na questão do controle. As instituições intermediárias podem aparecer como forma de limitar o poder de atuação do Estado, garantindo principalmente a manutenção dos direitos estabelecidos em lei (LUKEY, 1973). As meso-instituições, de outra forma, surgem apenas como um instrumento a serviço da execução das regras da maneira mais eficiente possível.

Além desses outros aspectos, a própria literatura já tratou as meso-instituições como uma forma de instituição intermediária. Então uma possibilidade quanto ao entendimento desse conceito é de que ele pode se tratar de mais um mecanismo a ser analisado sob a ótica das instituições intermediárias. A possibilidade de se compreender o nível meso não necessariamente um objeto e sim um postulado surge como uma alternativa para disseminar e desenvolver melhor o conceito, uma vez que já existe outro parâmetro consolidado com caráter extremamente parecido.

2.3 CASO ILUSTRANDO A TEORIA

Um caso que demonstra a semelhança entre os termos pode ser visualizado no trabalho de Oliveira *et al.* (2023) que busca analisar a função de tradução das regras das meso-instituições no que se refere as normas de segurança alimentar das cadeias de

suprimento dos laticínios comercializados no Brasil. Os resultados do trabalho apontaram que os locais onde os Conceleites (associação civil que reúne produtores leiteiros) operam a qualidade do leite comercializado tende a ser mais alto, visto que a tradução das regras faz com que os produtores adequem seus produtos nas diretrizes estabelecidas. A pesquisa indica que essa atuação reduz consideravelmente os custos de obtenção e disseminação das informações, haja visto que os Conceleites conseguem transpor as normativas de forma acessível para os produtores leiteiros. Tanto na perspectiva das meso-instituições (a utilizada no caso em questão), quanto a das instituições intermediárias se enquadram na ótica trabalhada nessa situação.

O artigo, em suma, visa contribuir principalmente no papel das meso-instituições como instrumentos voltados a garantia da segurança alimentar e nutricional. Nesse sentido, existe a possibilidade de se utilizar essa mesma abordagem para elaborar estudos sobre o funcionamento dos conselhos de segurança alimentar existentes em municípios, estados e no nível federal. Outro elemento trazido foi a ótica das instituições privadas, ênfase do trabalho em questão. Como ambos postulados tratam também de instituições privadas há um caminho interessante de análise, especialmente quando se trabalha com assessoramento voltado as políticas públicas. Um questionamento – realizado pelo próprio trabalho – se refere a lógica da tradução das regras por parte de atores privados. Ainda que o nível meso não considere essas instituições como influenciadoras no processo político, poderiam elas traduzirem as regras conforme seus próprios interesses? A pesquisa aqui usada como exemplo trata de como se dá o processo da tradução das regras, mas não traz essa ênfase. Logo, abre-se um novo campo para ser explorado nesse aspecto. Em síntese, ainda há um longo caminho a ser traçado em torno do conceito de meso-instituições.

3 CONCLUSÃO

A trajetória do debate de cada um dos conceitos trabalhados influencia diretamente na resposta da questão-problema. A principal diferença identificada está na abrangência dos termos. As instituições intermediárias podem atuar em diversas frentes para além das relações entre sociedade e Estado, enquanto as meso-instituições se concentram diretamente no vínculo entre o nível micro-institucional com o macro-institucional. Mesmo assim, abre-se a hipótese que as meso-instituições por se tratar de um conceito mais recente quanto a sua forma pode atingir um grau de semelhança com as instituições intermediárias na medida em que forem sendo desenvolvidas novas pesquisas a seu respeito.

Dentre algumas possibilidades de estudo comparativo entre os termos está na forma como se atrelam ao ciclo de políticas públicas. O ciclo de políticas públicas se concentra em

todo o processo que leva a criação de políticas públicas, desde a identificação do problema até a extinção desses instrumentos (SECCHI, 2014). Caberia uma análise sobre como as meso-instituições e instituições intermediárias poderiam contribuir em cada fase desse processo e, assim, compará-los. Um verniz interessante seria compreender como as organizações de terceiro setor se enquadram nessa perspectiva, visto que existem diversas entidades que prestam consultorias no campo da formulação de políticas públicas.

Ainda nessa perspectiva, as fases de implementação e monitoramento podem ser especialmente exploradas em vista da natureza desses modelos institucionais. As meso-instituições principalmente, uma vez que possuem o caráter de contribuir no monitoramento e na tradução das regras – algo que pode ser pensado, por exemplo, na perspectiva de programas como o PNAE. É comum ver em trabalhos sobre a política de alimentação escolar as dificuldades de agricultores familiares se adequarem as diretrizes dos editais realizados para compra de gêneros alimentícios do cardápio escolar. Logo, pesquisas que envolvam o papel das meso-instituições no sentido de orientar os produtores familiares são uma possibilidade. Da mesma forma, a ótica das instituições intermediárias também pode ser trazida a esse objeto.

Nesse sentido, as contribuições do trabalho surgem no sentido de dar início a uma nova ótica ao conceito de meso-instituições. Uma vez que – reconhecendo, primeiramente, as limitações do trabalho no tocante a seu escopo e profundidade do debate – esse debate ainda se encontra em estágios muito iniciais visto que a abordagem trazida por Mènard é recente. se sugere que para o desenvolvimento dessas discussões sejam apoiadas por outras escolas que debatem os níveis institucionais que estejam mais desenvolvidas. O caso das instituições intermediárias pode ser considerado um passo para tal, visto que alguns de seus construtos podem ser utilizados para dar maior arcabouço ao conceito de meso-instituições de forma que se adeque as características do que foi proposto por Menard.

Além disso, uma abordagem interdisciplinar poderia ser útil para o desenvolvimento desses construtos, uma vez que as relações construídas no nível meso são comuns dentro das óticas das organizações. Quando se pensa, por exemplo, nas organizações orientadas a projetos existem os chamados *gatekeepers* que são responsáveis diretos pela gestão do conhecimento nas organizações, visto que traduzem e conectam os níveis de base e topo do gerenciamento (HADI; LIU, 2022). Assim, se pode pensar literalmente as meso-instituições como uma ponte que conecta os interesses entre o nível macro e o nível micro e procura gerenciar o conhecimento de ambas as partes em prol da busca por um denominador em comum. No caso das políticas públicas, poderia ser entendido o acesso do público-alvo aos serviços que são oferecidos. Outro aspecto diz respeito a implementação, podendo ser

orientada a análise por via dessa perspectiva. Ainda no nível gerencial, o nível meso pode apresentar novas funções quando se pensa nas capacidades dinâmicas das organizações como coordenar, aprender e construir coesão (TEECE, 2007). Visto que, como o próprio Mènard (2014, 2017, 2018) aponta, a interação entre as camadas institucionais são importantes para avaliar os resultados econômicos e as diferenças de performance dos atores que fazem parte das relações entre nos níveis micro e macro, se abre margem para elencar aspectos como a própria coordenação e a capacidade do nível meso em aprender novas informações de forma a melhorar seu caráter de intermediadora das relações.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. **Dados**, v. 50, p. 443-464, 2007.

BÜTHER, Tim; MATTLI, Walter. **The new global rulers: The privatization of regulation in the world economy**. Princeton University Press, 2011.

CONCEIÇÃO, Octavio Augusto Camargo. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **Revista de economia contemporânea. Rio de Janeiro. Vol. 6, n. 2 (jul./dez. 2002)**, p. 119-146, 2002.

CORDEIRO, Márcio Pereira. **Meso-instituições e o desempenho da cadeia produtiva do leite na fronteira oeste do Rio Grande do Sul**. Dissertação apresentada ao Mestrado em Administração da Unipampa. Santana do Livramento: Unipampa, 2021

DA SILVA PERES, Elson Luciano; MÜLLER, Geraldo; VERDI, Adriana Renata. Instituições, territórios e desenvolvimento local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. **Geografia**, v. 31, n. 3, p. 437-454, 2006.

DE OLIVEIRA, Gustavo Magalhães et al. Do private translation mechanisms encourage food safety in dairy production? Evidence from the Brazilian Conseleites. **Managerial and Decision Economics**, v. 44, n. 2, p. 862-875, 2023.

DROEGE, Scott; JOHNSON, Nancy Brown. Broken rules and constrained confusion: Toward a theory of meso-institutions. **Management and Organization Review**, v. 3, n. 1, p. 81-104, 2007.

EVANS, Brendan J.; TAYLOR, Andrew J. The rise of the intermediate level institution in British public administration: the case of the arts and training. **Public Administration**, v. 72, n. 4, p. 551-572, 1994.

FARIA, Cláudia Feres. Estado e organizações da sociedade civil no Brasil contemporâneo: construindo uma sinergia positiva? **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, p. 187-204, 2010.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary CR. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova: revista de cultura e política**, p. 193-223, 2003.

HADI, Ali; LIU, Yang; LI, Shenxue. Transcending the silos through project management office: Knowledge transactions, brokerage roles, and enabling factors. **International Journal of Project Management**, v. 40, n. 2, p. 142-154, 2022.

KLEIN, Peter G. New institutional economics. **Available at SSRN 115811**, 1998.

LEE, Yok-Shiu F. Intermediary institutions, community organizations, and urban environmental management: The case of three Bangkok slums. **World Development**, v. 26, n. 6, p. 993-1011, 1998.

LIVINGSTON, Marie. Evaluating changes in water institutions: methodological issues at the micro and meso levels. **Water Policy**, v. 7, n. 1, p. 21-34, 2005.

LUCKEY, William R. The Function of Intermediate Institutions in the Relationship of the People to Their Government as Seen in the Writings of Bertrand De Jouvenel. 1973.

MÉNARD, Claude. Embedding organizational arrangements: towards a general model. **Journal of Institutional Economics**, v. 10, n. 4, p. 567-589, 2014.

MÉNARD, Claude. Meso-institutions: The variety of regulatory arrangements in the water sector. **Utilities Policy**, v. 49, p. 6-19, 2017.

MÉNARD, Claude; JIMENEZ, Alejandro; TROPP, Hakan. Addressing the policy-implementation gaps in water services: the key role of meso-institutions. **Water International**, v. 43, n. 1, p. 13-33, 2018.

MÉNARD, Claude et al. Governing food safety through meso-institutions: A cross-country analysis of the dairy sector. **Applied Economic Perspectives and Policy**, v. 44, n. 4, p. 1722-1741, 2022.

NELSON, Richard A. **Recent evolutionary theorizing about economic change**. VS Verlag für Sozialwissenschaften, 1997.

OSABUTEY, Ellis LC; CROUCHER, Richard. Intermediate institutions and technology transfer in developing countries: The case of the construction industry in Ghana. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 128, p. 154-163, 2018.

OSTROM, Elinor. Beyond markets and states: polycentric governance of complex economic systems. **American economic review**, v. 100, n. 3, p. 641-672, 2010.

ROCHA, Carlos Vasconcelos. Neoinstitucionalismo como modelo de análise para as políticas públicas: algumas observações. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 5, n. 1, p. 11-28, 2005

SAES, Maria Sylvia Macchione. **Fundamentos da Economia das Organizações** [Síntese da disciplina ministrada no primeiro bimestre letivo de 2023/01 para a pós-graduação em Administração da FEA-USP]. 2023.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. Cengage Learning, 2014.

SCHRANK, Andrew. Co-producing workplace transformation: the Dominican Republic in comparative perspective. **Socio-Economic Review**, v. 9, n. 3, p. 419-445, 2011.

TEECE, David J. Explicating dynamic capabilities: the nature and microfoundations of (sustainable) enterprise performance. **Strategic management journal**, v. 28, n. 13, p. 1319-1350, 2007.

VINHOLIS, Marcela de Mello Brandão et al. The effect of meso-institutions on adoption of sustainable agricultural technology: A case study of the Brazilian Low Carbon Agriculture Plan. **Journal of Cleaner Production**, v. 280, p. 124334, 2021.